

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****INTRODUÇÃO**

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias.

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

**(art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)** descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

A presente demanda tem como finalidade atender à necessidade da Secretaria Municipal da Mulher, do Idoso, da Juventude e dos Imigrantes de dispor de materiais esportivos, para atividades físicas e jogos educativos, indispensáveis à execução contínua e qualificada das ações, programas e serviços desenvolvidos junto à população atendida, especialmente no que se refere às pessoas idosas participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), bem como aos demais grupos comunitários atendidos nos bairros, como clubes de mães, grupos de idosos e demais públicos vinculados às políticas públicas da Secretaria.

A necessidade da contratação decorre da crescente demanda por atividades que promovam o bem-estar físico, mental e social dos usuários, considerando que tais ações são instrumentos essenciais de prevenção de agravos à saúde, redução do isolamento social e promoção da qualidade de vida, especialmente no contexto do envelhecimento populacional. Nesse sentido, as atividades físicas orientadas e os jogos educativos desempenham papel fundamental no estímulo à coordenação motora, equilíbrio, fortalecimento muscular, raciocínio cognitivo e interação social.

Destaca-se que a ausência ou insuficiência de materiais adequados compromete diretamente à execução dessas atividades, limitando o alcance dos objetivos institucionais da Secretaria e prejudicando a efetividade das políticas públicas voltadas à promoção do envelhecimento ativo e saudável, bem como das ações de inclusão e convivência comunitária desenvolvidas junto aos demais públicos atendidos. As atividades são realizadas tanto em espaços próprios da Secretaria quanto de forma descentralizada nos bairros do município, o que amplia a necessidade de disponibilização de materiais em quantidade e diversidade suficientes para atender às diferentes modalidades de oficinas, práticas corporais e ações socioeducativas promovidas, garantindo acessibilidade, segurança e adequação às especificidades de cada grupo.

A contratação também se justifica em razão da participação dos usuários, especialmente do público idoso, em eventos esportivos e de integração promovidos em âmbito estadual, como os Jogos de Integração da Pessoa Idosa (JIIDO), realizados pelo Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado do Esporte, com execução do Paraná Esporte e apoio dos municípios. A participação nessas atividades demanda preparo prévio e disponibilização de materiais adequados para treinamento e desenvolvimento das habilidades físicas dos participantes, reforçando a necessidade da presente contratação.

A contratação assegura a continuidade e a qualidade dos serviços ofertados, contribuindo para a promoção da saúde, da autonomia e da dignidade dos usuários, bem como para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Trata-se, portanto, de medida essencial para a consolidação das políticas públicas de inclusão e promoção da cidadania, alinhadas às diretrizes legais e institucionais aplicáveis.



A adoção de solução que contemple o fornecimento regular desses materiais possibilita maior planejamento, organização e eficiência na execução das atividades, evitando descontinuidade dos serviços e assegurando melhores resultados à população atendida.

Assim, evidencia-se que a presente contratação visa solucionar a insuficiência de materiais necessários ao pleno desenvolvimento das atividades físicas, recreativas e educativas, constituindo-se como ação indispensável ao atendimento do interesse público e à efetividade das políticas desenvolvidas pela Secretaria Municipal da Mulher, do Idoso, da Juventude e dos Imigrantes.

## **2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA**

**(art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)**

Para atendimento da necessidade identificada, procedeu-se ao levantamento de mercado, com a análise das possíveis soluções disponíveis, considerando aspectos técnicos, operacionais e econômicos, visando à escolha da alternativa mais vantajosa para a Administração Pública.

Inicialmente, verificou-se a possibilidade de utilização exclusiva dos materiais já disponíveis no patrimônio da Secretaria. Contudo, tal alternativa mostrou-se inviável, tendo em vista que a Secretaria não dispõe de quantitativo suficiente, tampouco de variedade adequada de materiais para atender à demanda existente. Considerando a diversidade de itens necessários à execução das atividades — tais como colchonetes, halteres de diferentes cargas, faixas elásticas, caneleiras, equipamentos de apoio para alongamento e fortalecimento muscular, materiais para atividades de coordenação e agilidade, além de bolas esportivas, redes, jogos educativos e equipamentos auxiliares — evidencia-se que o acervo atual é limitado e não atende de forma plena às necessidades das ações desenvolvidas. Ademais, parte dos materiais existentes encontra-se desgastada em razão do uso contínuo, comprometendo sua funcionalidade e segurança.

Também foi considerada a possibilidade de obtenção dos materiais por meio de parcerias, cooperação institucional ou doações. Entretanto, embora tais alternativas possam ocorrer de forma complementar, não se configuram como solução adequada para atendimento da demanda, uma vez que dependem de fatores externos e incertos, não assegurando regularidade, padronização e disponibilidade contínua dos materiais necessários.

Outra alternativa analisada refere-se à locação de materiais esportivos. Contudo, essa opção não se mostrou economicamente vantajosa, especialmente em razão da natureza contínua das atividades desenvolvidas pela Secretaria, que demandam uso permanente e simultâneo de diversos itens. A locação implicaria custos recorrentes, além de possíveis limitações quanto à disponibilidade, conservação e substituição dos materiais, bem como restrições quanto ao uso descentralizado nos bairros.

Diante desse cenário, a aquisição de materiais esportivos, para atividades físicas e jogos educativos, por meio de procedimento licitatório, apresenta-se como a solução mais adequada sob os aspectos técnico e econômico. Essa alternativa garante a disponibilidade contínua, a diversidade e a adequação dos materiais necessários à realização das atividades físicas, recreativas e cognitivas, permitindo melhor planejamento, segurança e qualidade na execução das ações desenvolvidas pela Secretaria.



Salienta-se, ainda, que a disponibilização adequada desses materiais é fundamental tanto para a realização das atividades rotineiras desenvolvidas pela Secretaria, incluindo aquelas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e ações comunitárias nos bairros, quanto para a preparação e participação dos usuários, especialmente do público idoso, em eventos esportivos e de integração, como os Jogos de Integração da Pessoa Idosa (JIIDO), promovidos pelo Governo do Estado do Paraná.

Diante do exposto, conclui-se que a aquisição dos materiais por meio de Pregão Eletrônico, configura-se como a solução mais eficiente, econômica e adequada para o atendimento da necessidade pública identificada, garantindo a continuidade, qualidade e efetividade das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal da Mulher, do Idoso, da Juventude e dos Imigrantes.

Quanto ao Simples Nacional, Pessoa jurídica reunida em consórcio e cooperativas:

**A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional?**

Sim ( ☒ ) (justificar)

Justifica-se a possibilidade, uma vez que o objeto da contratação consiste no fornecimento de bens comuns, não havendo vedação legal à participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, sendo assegurado o tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

Não ( ☐ ) (justificar)

**Poderá participar Pessoas Jurídicas em consórcio?**

Sim ( ☐ )

Não ( ☒ ) (justificar)

Justifica-se a vedação à participação de empresas em consórcio, considerando que o objeto da contratação é de baixa complexidade, amplamente disponível no mercado e não exige capacidade técnica ou econômico-financeira que justifique a união de empresas, sendo plenamente possível sua execução por fornecedores de forma individual, sem prejuízo à competitividade.

**Poderá participar Sociedades Cooperativas?**

Sim ( ☒ )

Admite-se a participação de sociedades cooperativas, desde que atendam às exigências do edital e comprovem capacidade técnica e operacional para o fornecimento do objeto, nos termos da legislação vigente, não havendo impedimento para sua participação em contratações dessa natureza.

Não ( ☐ ) (justificar)

**Da vedação à subcontratação**

Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, tendo em vista que o fornecimento dos materiais deverá ser realizado diretamente pela contratada, garantindo o controle de qualidade, a padronização dos itens e o fiel cumprimento das especificações exigidas, não sendo admitida a transferência de responsabilidade a terceiros.

**Quanto a Possível adesão a Ata de Registro de Preços**

Quanto à possibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços, não se verifica, no presente caso, vantagem técnica ou econômica suficiente para adoção dessa medida, tendo em vista que o objeto demanda especificações próprias, quantitativos definidos conforme a realidade da Secretaria e condições de fornecimento compatíveis



com as atividades físicas, recreativas e educativas desenvolvidas junto aos públicos atendidos. A adesão a ata de outro órgão poderia limitar a adequada definição dos itens, sujeitar a Administração a condições de entrega, marcas, modelos, prazos, valores ou especificações que não necessariamente correspondem à necessidade local, além de reduzir a possibilidade de ampla disputa entre fornecedores interessados. Assim, a realização de procedimento licitatório próprio mostra-se mais adequada, pois permite maior controle sobre o planejamento da contratação, atualização dos preços conforme a realidade de mercado, ampliação da competitividade e escolha da proposta mais vantajosa para o Município.

### **3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

**(art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)** justificativas para o parcelamento ou não da contratação:

A contratação será realizada de forma parcelada, por itens, considerando a natureza do objeto, que compreende a aquisição de materiais esportivos, para atividades físicas e jogos educativos, com características distintas e sem relação de dependência entre si.

O parcelamento da contratação mostra-se técnica e economicamente viável, uma vez que os itens a serem adquiridos são divisíveis, podendo ser fornecidos por diferentes fornecedores, sem prejuízo da qualidade do conjunto da solução ou da execução das atividades desenvolvidas pela Secretaria. Tal medida possibilita a ampliação da competitividade do certame, permitindo a participação de um maior número de licitantes, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte, contribuindo para a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública. Também, favorece a especialização dos fornecedores, considerando que os itens abrangem diferentes categorias de materiais, como equipamentos para exercícios físicos, materiais de apoio para atividades motoras, itens esportivos e jogos educativos, o que pode atrair fornecedores distintos, especializados em cada segmento.

Conclui-se então, que o parcelamento da contratação por itens é a solução mais adequada, técnica e economicamente viável, não havendo prejuízo à economia de escala, tampouco comprometimento da padronização ou da qualidade dos materiais a serem adquiridos, atendendo plenamente ao interesse público.

### **4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE**

**(art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)** estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

A estimativa de quantitativos foi elaborada com base nas demandas identificadas pela Secretaria Municipal da Mulher, do Idoso, da Juventude e dos Imigrantes, considerando que o número de usuários atendidos passa de 300 pessoas, a frequência das atividades desenvolvidas e a diversidade de ações realizadas tanto nos espaços próprios quanto nos bairros do município. Foram considerados, para esse dimensionamento, os grupos atendidos por meio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), especialmente o público idoso, bem como a participação de outros grupos comunitários, como clubes de mães e atividades coletivas promovidas junto à comunidade. Também foram levadas em conta as ações voltadas à preparação dos usuários para participação em eventos esportivos e de integração, como os Jogos de Integração da Pessoa Idosa (JIIDO).



A definição dos quantitativos buscou assegurar a disponibilidade adequada de materiais para uso simultâneo nas atividades, evitando a interrupção das ações por insuficiência de itens, bem como possibilitando a reposição gradual em razão do desgaste natural decorrente do uso contínuo. O levantamento contemplou a variedade de materiais necessários à execução das atividades físicas, recreativas e cognitivas, incluindo itens voltados ao fortalecimento muscular, coordenação motora, equilíbrio, atividades coletivas e jogos educativos, respeitando as especificidades do público atendido.

Considerou-se, ainda, a necessidade de distribuição dos materiais entre os diferentes locais de atendimento, garantindo condições adequadas para a realização das atividades de forma descentralizada, com segurança e eficiência.

Os quantitativos estimados serão utilizados como referência para o registro de preços, permitindo que as aquisições ocorram conforme a necessidade da Administração, ao longo do período de vigência da ata, de forma planejada e compatível com a demanda efetivamente verificada.

## **5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**(art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021)** estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada no mercado, contratações similares de outros órgãos públicos, quando disponíveis.

Para a formação dos preços referenciais, foram analisados os valores unitários dos itens que compõem o objeto, levando em consideração as especificações pretendidas, a possibilidade de personalização, bem como as condições de fornecimento, incluindo entrega parcelada conforme a demanda.

A partir desse levantamento, foi possível estabelecer os preços médios estimados para cada item, os quais serviram de base para o cálculo do valor total da contratação.

O valor global estimado para a contratação é de R\$61.275,00 (sessenta e um mil duzentos e setenta e cinco reais), correspondente à soma dos quantitativos previstos e dos respectivos preços unitários referenciais.

## **6. ANÁLISE DOS RISCOS**

**(art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021)** a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

<b>Risco Identificado</b>	<b>Probabilidade possível</b>	<b>Dano</b>	<b>Ações preventivas</b>	<b>Ações de contingência</b>
Fornecimento de materiais de baixa qualidade	Média	Redução da durabilidade, risco à segurança dos usuários e prejuízo ao erário	Definição de requisitos mínimos de qualidade, exigência de padrões	Aplicação de sanções contratuais e exigência de substituição dos materiais
Atraso na entrega dos materiais	Média	Comprometimento da	Estabelecimento de prazos	Reprogramação das atividades e





		execução das atividades e eventos programados	adequados e previsão de penalidades por atraso	convocação de fornecedor remanescente na ata
Descumprimento contratual pelo fornecedor	Baixa	Interrupção no fornecimento dos materiais	Análise da habilitação jurídica, fiscal e técnica dos fornecedores	Aplicação de penalidades e convocação do próximo classificado
Baixa competitividade e no processo	Baixa	Menos vantajosidade nas propostas	Elaboração de especificações amplas e parcelamento por itens	Revisão das exigências em futura contratação
Desgaste ou deterioração dos materiais pelo uso contínuo	Alta	Necessidade de reposição mais frequente e aumento de custos	Boa definição do descritivo do item	Reposição dos itens por meio da ata vigente

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

(art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

A solução consiste na contratação de empresas para o fornecimento de materiais esportivos, destinados às atividades físicas, recreativas e cognitivas desenvolvidas pela Secretaria Municipal da Mulher, do Idoso, da Juventude e dos Imigrantes, por meio de procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico. O objeto contempla ampla variedade de itens, incluindo equipamentos para exercícios físicos, materiais de apoio à coordenação motora, equilíbrio e agilidade, estruturas para alongamento e fortalecimento muscular, materiais esportivos coletivos, jogos educativos e equipamentos auxiliares utilizados nas atividades desenvolvidas junto aos usuários atendidos pela Secretaria.

O fornecimento deverá ocorrer conforme a necessidade da Administração, com entrega em local previamente indicado, garantindo condições adequadas de transporte, acondicionamento e integridade dos produtos. Os materiais deverão atender a padrões mínimos de qualidade, durabilidade e segurança, compatíveis com o uso contínuo, especialmente considerando o atendimento ao público idoso, exigindo resistência, ergonomia e adequação às práticas de atividades físicas orientadas. Os itens que demandem certificações específicas, como equipamentos eletroeletrônicos, deverão apresentar conformidade com as normas vigentes e homologações exigidas pelos órgãos competentes.

A solução contempla a responsabilidade da contratada quanto à garantia dos produtos fornecidos, incluindo substituição de itens que apresentem defeitos de fabricação, avarias ou desconformidade com as especificações exigidas, sem ônus para a Administração. Para os equipamentos que eventualmente necessitem de assistência técnica, deverá ser assegurado suporte adequado durante o período de garantia, com



atendimento compatível com a necessidade da Administração, evitando prejuízos à continuidade das atividades desenvolvidas.

A contratação por meio de Pregão Eletrônico possibilita maior competitividade entre os fornecedores, ampliação da participação de empresas do ramo e obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública, contribuindo para o melhor aproveitamento dos recursos públicos e para a adequada execução das atividades físicas, socioeducativas e de integração comunitária promovidas pela Secretaria.

## **8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO** **(art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)**

a) Qualificação Econômico-financeira: Balanços Patrimoniais dos últimos 2 (dois) anos, índices financeiros (SG, LG, LC) dos últimos 2(dois) anos; certidão negativa de falência.

Para os itens que exigirem certificação ou regulamentação específica, como equipamentos eletroeletrônicos, deverá ser comprovada a conformidade com as normas vigentes, incluindo, quando aplicável, homologação por órgãos competentes. Os materiais fornecidos deverão atender a padrões mínimos de qualidade, durabilidade e acabamento, sendo passíveis de recusa em caso de desconformidade com as especificações.

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, se cabíveis ao objeto.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou por vícios do produto.

A Contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.

Prestará todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados relacionados com as características dos produtos/serviços fornecidos.

Necessitará executar, fielmente, as entregas de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Contratante.

A Contratada se obriga a executar os serviços ou a entrega dos produtos de acordo com os prazos e critérios estipulados, em dias, locais e quantidades determinadas, de acordo com as necessidades, demandas e planejamento da Secretaria.

Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

A Contratada é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais adquiridos, fornecer Nota Fiscal correspondente aos produtos comercializados, igual ao descrito em Nota de Empenho, assim como se responsabilizar pelas despesas operacionais e administrativas, de mão de obra dos produtos, transporte até o local da entrega que será previamente indicado.



## INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

( ) SIM

(x) NÃO

**9. JUSTIFICATIVAS**

(Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e

Considerando as características do objeto, entende-se que não se mostra necessária a exigência de atestado de capacidade técnica para a presente contratação. Trata-se de aquisição de produtos em pequenas quantidades, de fornecimento não contínuo, sem execução de serviços especializados, sem necessidade de instalação, operação técnica complexa, assistência permanente ou emprego de tecnologia singular.

A exigência de atestado de capacidade técnica deve guardar pertinência, razoabilidade e proporcionalidade com o objeto pretendido, sendo recomendável quando a natureza da contratação envolver maior complexidade operacional, técnica, logística ou risco relevante à Administração. No presente caso, os produtos a serem adquiridos possuem características usuais de mercado, com especificações objetivas e facilmente verificáveis no momento do recebimento, não havendo necessidade de comprovação prévia de experiência anterior como condição indispensável para assegurar a adequada execução contratual.

Além disso, o valor estimado da contratação não é elevado e os itens não representam parcela de grande relevância técnica ou econômica que justifique a imposição de requisito adicional de habilitação. A exigência de atestado, nessa hipótese, poderia restringir indevidamente a competitividade do certame, afastando potenciais fornecedores aptos ao fornecimento dos produtos, especialmente empresas de menor porte, sem que isso trouxesse ganho proporcional à segurança da contratação.

A dispensa da exigência de qualificação econômico-financeira se dá com base no enquadramento no objeto como de entrega imediata, com fulcro no Art. 70, Inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

A exigência de qualificação econômico-financeira se justifica pela necessidade de reduzir o risco de inadimplemento contratual e assegurar que o fornecedor tenha capacidade de sustentar financeiramente a produção, aquisição de insumos, mão de obra e logística até a entrega e o recebimento definitivo, sobretudo quando há fornecimento por lotes, prazos definidos e eventual necessidade de reposição por não conformidade. Balanços patrimoniais dos últimos dois exercícios e índices de liquidez e solvência (SG, LG, LC) permitem à Administração verificar, de forma objetiva, a saúde financeira mínima do licitante e sua aptidão para cumprir as obrigações contratuais sem interrupções, evitando paralisação de produção, descumprimento de prazos e risco de frustração do interesse público. A certidão negativa de falência reforça esse controle ao indicar que a empresa não está submetida a situação que comprometa sua continuidade operacional e capacidade de execução. A exigência, portanto, tem caráter preventivo e de gestão de riscos, devendo ser aplicada com critérios objetivos, proporcionais ao vulto e ao risco do fornecimento e em conformidade com a disciplina legal da habilitação econômico-financeira.



**10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL**

**(art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)** descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refulos, quando aplicável;

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

Preferência por produtos de baixo impacto ambiental;

Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (Lei nº12.305/2010);

Preferência para produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Lei nº12.305/2010);

Aquisição de produtos e equipamentos duráveis, reparáveis e que possam ser aperfeiçoados;

Opção gradativa por produtos mais sustentáveis, com estabelecimento de metas crescentes de aquisição, observando-se a viabilidade econômica e a oferta no mercado, com razoabilidade e proporcionalidade;

Adoção de procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos;

Observância às normas técnicas, elaboradas pela ABNT, para aferição e garantia da aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados;

Conformidade dos produtos, insumos e serviços com os regulamentos técnicos pertinentes em vigor expedidos pelo Conmetro/Inmetro de forma a assegurar aspectos relativos à saúde, à segurança, ao meio ambiente ou à proteção do consumidor e da concorrência justa (Lei nº9.933/1999).

Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

**11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

**(art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)** demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

A presente contratação visa assegurar a adequada execução das atividades físicas, recreativas e cognitivas desenvolvidas pela Secretaria Municipal da Mulher, do Idoso, da Juventude e dos Imigrantes, proporcionando melhores condições de atendimento aos usuários, especialmente ao público idoso participante do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e aos grupos comunitários atendidos nos bairros. A disponibilização de materiais adequados permitirá maior eficiência na realização das atividades, possibilitando melhor aproveitamento dos recursos humanos envolvidos, uma vez que os profissionais poderão desenvolver práticas mais diversificadas, seguras



e compatíveis com as necessidades dos participantes, ampliando o alcance e a qualidade das ações ofertadas.

A contratação por meio de Pregão Eletrônico favorece a ampliação da competitividade entre os fornecedores, contribuindo para a obtenção de propostas mais vantajosas e para a utilização mais eficiente dos recursos financeiros disponíveis pela Administração. O fornecimento dos materiais conforme a necessidade da Secretaria possibilita melhor planejamento das aquisições, evitando desperdícios, reduzindo gastos desnecessários e garantindo maior controle sobre os quantitativos efetivamente utilizados nas atividades desenvolvidas.

A padronização dos materiais contribui para melhor organização das atividades e maior durabilidade dos itens utilizados, reduzindo impactos decorrentes do desgaste pelo uso contínuo e assegurando melhores condições para a continuidade das ações promovidas pela Secretaria. A melhoria da estrutura disponível permitirá maior participação dos usuários nas atividades físicas e socioeducativas, fortalecendo vínculos comunitários, incentivando hábitos saudáveis e promovendo inclusão social e qualidade de vida.

A contratação também proporcionará melhores condições para a preparação e participação dos usuários em atividades esportivas e eventos de integração, como os Jogos de Integração da Pessoa Idosa (JIIDO), promovidos pelo Governo do Estado do Paraná, incentivando a socialização, a valorização da pessoa idosa e a participação ativa da comunidade nas ações desenvolvidas pelo Município.

Os resultados esperados envolvem o aprimoramento das atividades ofertadas, aumento da participação dos usuários, melhoria das condições de saúde e bem-estar dos participantes, fortalecimento das ações socioassistenciais e utilização mais eficiente dos recursos públicos, contribuindo para maior efetividade das políticas públicas desenvolvidas pela Secretaria Municipal da Mulher, do Idoso, da Juventude e dos Imigrantes.

## **12. REGIME DE FORNECIMENTO**

(Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

O fornecimento dos materiais será realizado conforme a necessidade da Secretaria Municipal da Mulher, do Idoso, da Juventude e dos Imigrantes, mediante solicitações formais da Administração, considerando que a demanda possui caráter contínuo e variável em razão das atividades físicas, recreativas e cognitivas desenvolvidas junto aos usuários atendidos, tanto nos espaços da Secretaria quanto nas ações descentralizadas realizadas nos bairros do município. A contratação por meio de Pregão Eletrônico possibilita maior competitividade entre os fornecedores e contribui para a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

O modelo adotado permite que os materiais sejam adquiridos conforme o planejamento das atividades e a necessidade efetivamente verificada ao longo da execução das ações promovidas pela Secretaria, favorecendo maior organização administrativa, controle dos quantitativos adquiridos e melhor aproveitamento dos recursos públicos. As entregas deverão ocorrer nos locais indicados pela Administração, dentro dos prazos estabelecidos no instrumento convocatório, garantindo a integridade dos produtos e o atendimento às especificações técnicas exigidas. A contratação também proporciona ganhos de economicidade em razão da ampla concorrência e da



possibilidade de obtenção de melhores condições comerciais durante o procedimento licitatório.

**13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

(art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal(is) e suplente(s) designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Maria de Lourdes Claro da Silva
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Cristiane Regina Mazurana
Fiscal Técnico:	Não há necessidade
Suplentes:	Daniela Pissaia Vieira

**14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES**

(art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes diretamente vinculadas ao objeto da presente contratação, uma vez que a aquisição de materiais esportivos, para atividades físicas e jogos educativos, atende de forma autônoma às necessidades da Secretaria Municipal da Mulher, do Idoso, da Juventude e dos Imigrantes.

Os itens a serem adquiridos possuem natureza independente, não havendo necessidade de contratações complementares para sua utilização, sendo suficientes, por si só, para a execução das atividades físicas, recreativas e socioeducativas desenvolvidas junto aos usuários atendidos.

Eventuais contratações relacionadas à manutenção de espaços físicos, acompanhamento profissional ou desenvolvimento de atividades poderão ocorrer no âmbito das ações da Secretaria, porém não se caracterizam como condição para a efetivação da presente contratação, não havendo, portanto, relação de dependência que justifique tratamento conjunto.

**15. ALINHAMENTO COM O PAC**

(art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021) demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

A presente contratação não foi prevista no Plano de Contratações Anual de 2026 porque, até janeiro do referido exercício, a Secretaria da Mulher, do Idoso, da Juventude e dos Imigrantes ainda não contava com agente de contratação atuando diretamente em sua estrutura, o que dificultou a adequada maturação técnica das demandas e seu encaminhamento no prazo oportuno para consolidação do plano. Trata-se, portanto, de limitação administrativa concreta, superada apenas recentemente, representando avanço relevante na organização interna e no fortalecimento da capacidade de planejamento das contratações da Secretaria.



Registra-se, ainda, que a necessidade foi devidamente inserida no Plano de Contratações Anual de 2027, cujo prazo interno para encaminhamento das demandas se encerrou ao final do mês de fevereiro, evidenciando que a Administração adotou as providências necessárias para incorporar a contratação ao planejamento subsequente, evitando a repetição da situação nos exercícios futuros e promovendo maior aderência às rotinas de planejamento institucional.

Ademais, destaca-se que a presente contratação está relacionada à utilização de recursos provenientes de repasses estaduais e federais destinados ao fortalecimento das políticas públicas voltadas às mulheres, à pessoa idosa, à juventude e aos demais públicos atendidos pela Secretaria. Embora não se tratem, necessariamente, de recursos vinculados a uma finalidade específica e exclusiva, sua aplicação adequada demanda organização administrativa, planejamento técnico e capacidade operacional do Município para viabilizar a execução de ações, programas e serviços compatíveis com as diretrizes dessas políticas públicas.

Nesse contexto, a ausência de previsão no PCA 2026 também deve ser compreendida à luz do processo recente de estruturação e consolidação da Secretaria, bem como da necessidade superveniente de organizar sua atuação para viabilizar a execução das ações financiadas, evitando a subutilização de recursos disponíveis e assegurando melhores condições para o desenvolvimento das atividades institucionais.

**16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS**

- ☐ Global
- ☐ Lote(s) de Itens
- ☒ Por Itens

**17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?**

- ☒ Bens e serviços comuns
- ☐ Bens e serviços especiais
- ☐ Serviço comum de engenharia
- ☐ Serviço especial de Engenharia

A presente contratação se classifica como fornecimento de bens comuns, uma vez que os itens a serem adquiridos consistem em materiais esportivos, para atividades físicas e jogos educativos, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório, por meio de especificações usuais de mercado.

Os produtos possuem características padronizadas, amplamente disponíveis no mercado, sendo comercializados por diversos fornecedores, o que possibilita a comparação objetiva entre as propostas apresentadas. Os itens não apresentam complexidade técnica relevante, sendo compostos por materiais e equipamentos de uso comum, como halteres, colchonetes, bolas, faixas elásticas, jogos educativos, entre outros, não demandando soluções técnicas específicas ou diferenciadas.

Dessa forma, o objeto não envolve desenvolvimento intelectual, inovação tecnológica ou requisitos técnicos complexos que justifiquem sua classificação como bens especiais, sendo plenamente possível a definição clara das especificações e a avaliação objetiva das propostas, enquadrando-se, portanto, como bens comuns.

- ☐ Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
- ☐ Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
- ☐ Serviços não contínuos ou contratados por escopo



( ) Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

### **18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

Não será exigida garantia para a contratação, considerando a natureza do objeto, que consiste no fornecimento de materiais esportivos, para atividades físicas e jogos educativos, de baixa complexidade e amplamente disponíveis no mercado.

A exigência de garantia poderia restringir a competitividade do certame, especialmente no que se refere à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sem trazer benefícios proporcionais à Administração, tendo em vista que os riscos envolvidos na execução contratual são considerados reduzidos.

Os eventuais riscos relacionados ao fornecimento serão mitigados por meio das exigências estabelecidas no instrumento convocatório, incluindo critérios de habilitação, especificações técnicas adequadas, prazos de entrega, penalidades por descumprimento contratual e garantia dos produtos contra defeitos de fabricação.

A não exigência de garantia contratual mostra-se medida suficiente e adequada, não comprometendo a segurança da contratação nem a adequada execução do objeto.

### **19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**(art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)** posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

A análise desenvolvida no presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação pretendida se mostra plenamente adequada, necessária e viável para o atendimento das demandas institucionais da Secretaria Municipal da Mulher, do Idoso, da Juventude e dos Imigrantes, estando alinhada às diretrizes das políticas públicas voltadas à promoção da qualidade de vida, inclusão social, fortalecimento da convivência comunitária e incentivo à prática de atividades físicas e recreativas.

A solução proposta, consistente na aquisição de materiais esportivos, para atividades físicas e jogos educativos, por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, apresenta compatibilidade com a natureza da demanda, com a capacidade operacional da Administração e com as condições praticadas pelo mercado fornecedor. A modelagem adotada possibilita maior competitividade entre os participantes, ampliação da disputa e busca pela proposta mais vantajosa, contribuindo para o uso eficiente dos recursos públicos.

A contratação permitirá a continuidade e ampliação das atividades desenvolvidas pela Secretaria, contemplando ações realizadas junto aos grupos de idosos, clubes de mães e demais usuários atendidos nos bairros do município, incluindo as atividades vinculadas ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e à preparação para participação em eventos esportivos e de integração, como os Jogos de Integração da Pessoa Idosa (JIIDO). A disponibilidade adequada dos materiais contribuirá para melhores condições de execução das atividades físicas, recreativas e cognitivas, promovendo benefícios relacionados à saúde, mobilidade, socialização, autonomia e qualidade de vida dos participantes.

Foram analisados os aspectos técnicos, operacionais e econômicos da contratação, incluindo levantamento de mercado, definição dos quantitativos estimados, análise das alternativas disponíveis e avaliação dos riscos envolvidos, verificando-se que os mesmos são compatíveis com o objeto e passíveis de gerenciamento mediante as medidas previstas no processo, como especificações técnicas adequadas, exigências de qualidade, critérios de habilitação e fiscalização contratual.





Município de

**Dois Vizinhos**

Estado do Paraná

A contratação pretendida observa os princípios que regem a Administração Pública e as contratações públicas, especialmente os da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, transparência e obtenção da proposta mais vantajosa, demonstrando-se adequada ao atendimento da necessidade identificada e apta a proporcionar benefícios diretos à Administração e à população atendida pela Secretaria Municipal da Mulher, do Idoso, da Juventude e dos Imigrantes.

**20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC**

(Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

A contratação será realizada por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, adotando-se como critério de julgamento o menor preço por item, com modo de disputa aberto e orçamentos não sigilosos,

**21. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?**

- ☐ Recursos Próprios
- ☒ Recursos Estaduais
- ☒ Recursos Livres
- ☐ Recursos Federais

Dois Vizinhos, 24 de abril de 2026.

Maria de Lourdes Claro da Silva  
Matrícula 20.544-1  
Secretária da Mulher, Idoso, Juventude e Imigrantes